

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**COORDENADORIA DE IMPRENSA**

**Belém (PA), 04 e 03 de janeiro de 2015**



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

### COORDENADORIA DE IMPRENSA

Diário do Pará  
SÁBADO, Belém-PA, 03/01/2015

# POLÍTICA A3

**+**  
**RD REPÓRTER**  
**DIÁRIO**

#### **Inveja**

Como a medicina internacional ainda não inventou remédio para dor-de-cotovelo, muita gente na cidade deve estar sofrendo dores lancinantes. Como diz Epaminondas Gustavo, o personagem humorístico imaginado pelo juiz Cláudio Rendeiro que imita à perfeição os falares do caboclo paraense, quem souber de alguma benzedeira, unguento, banho de ervas, água benta ou sal grosso que mande para os "secadores" de plantão no alto e baixo tucanato do Pará, dentro e fora do palácio, para ajudar a tirar os invejosos do "desjuízo".

# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

### COORDENADORIA DE IMPRENSA

# B6 BRASIL

Diário do Pará  
DOMINGO, Belém-PA, 04/01/2015



## JUSTIÇA EM FATOS

Luiz Flávio



www.facebook.com/luiz.f.costa.37



@luizaoreporter

lflcosta@gmail.com

### Incorporação

Benefícios adicionais pagos a juizes e que são contestados no STF podem ser incorporados às suas carreiras como o novo Estatuto da Magistratura, projeto que substituirá a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e que deve ser remetido ao Congresso Nacional esse ano. Os benefícios se somam a outros previstos desde 1979, como diárias, ajuda de custo para mudança, férias de 60 dias, salário-família, verba de representação, gratificação por exercício de atividade em comarca de difícil acesso.

### DESCASO: LIVROS RAROS SE DETERIORAM NA BIBLIOTECA DA UFPA

Estão se deteriorando na biblioteca da Universidade Federal do Pará (UFPA) seis livros (Instituições de Direito Romano) doados à instituição pelo professor Sílvio Meira, paraense considerado uma das maiores referências em Direito Romano de todos os tempos. Os livros pertencem hoje à biblioteca da universidade e são uma raridade. O fato é lamentável, já que o Direito Romano é uma das bases da Legislação Civil Brasileira.



### POR DENTRO DO PLENO

#### PRESIDENTE DO SINDICATO DOS DESAFIOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

O presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Pará, Edvaldo Lima, palestrou na cidade de Fortaleza no último dia 19/12 no Congresso Estadual dos Oficiais de Justiça do Ceará. O tema tratou sobre os avanços e perspectivas do oficial de justiça no Brasil. Em sua explanação, Lima ressaltou a importância do

novo Código de Processo Civil e as suas implicações ao Oficial de Justiça. Para ele, a categoria se fortaleceu.



### Crítica

Esses benefícios se juntam outros benefícios criados, mas sem previsão de pagamento, como licença paternidade de oito dias, licença-prêmio, afastamento para tratar de assuntos particulares. Para ministros do Supremo, alguns pagamentos violam o regime de subsídio previsto na Constituição. Na última sessão administrativa da Corte, os ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Luís Roberto Barroso criticaram o pagamento de adicionais, especialmente verbas deferidas judicialmente, inclusive pelo STF.

### Súmulas

O TJ-PA tem 14 súmulas. São regras curtas e importantes como normas de extensão para aplicação naquilo em que a lei não esclarece. Todavia, elas estão escondidas na home Page do Tribunal. Para visualizá-las é preciso clicar no botão "magistrado". Já nos outros tribunais de justiça espalhados pelo Brasil, as súmulas ficam expostas na página principal. O

Tribunal poderia rever essa posição para facilitar a consulta às súmulas pelo cidadão.

### Dívidas

A empresa Enecol Ltda., que atuava na prestação de serviços para a Celpa, não está mais operando em Castanhal. O problema é que ela deixou a cidade modelo, mas ficaram muitas reclamações trabalhistas e várias dívidas para execução. Os oficiais de justiça não encontram os representantes para efetuar citação e nem bens para fazer a penhora. No prédio da antiga empresa já está instalada outra empresa do mesmo ramo de energia e telecomunicações.

### Improbidade

O Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa contra o ex-

secretário da fazenda do governo Ana Júlia, José Raimundo Trindade que contratou de empresa de assessoria violando regras de licitação. O valor do prejuízo aos cofres públicos chega a R\$ 27.326.204,32. A ação pede a indisponibilidade de bens de Trindade. Ocorre que a petição do MP não indica quais bens devem ser bloqueados, o que é uma falha desse tipo de ação, que não levantam o patrimônio de quem é processado.

### Simplicidade

Nos últimos anos a grande mídia vem escancarando casos de corrupção pelo Brasil. Em quase todos eles a porta de entrada é a fraude em licitações. A Lei 8666/93 (Lei das Licitações) tem mais de 100 artigos e é muito confusa, deixando margem para cometimento de irregularidades.

Especialistas vêm questionando se não seria o momento de criar uma Lei mais simples e aprimorar a fiscalização pelos tribunais de contas, que devem fazer um trabalho preventivo.

### Jornada

O Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com os 24 TRT's lançou na TV Justiça, o programa "Jornada", revista eletrônica que mostra as melhores práticas da Justiça do Trabalho, com reportagens especiais e quadros que enfatizam projetos nacionais da JT, principais decisões, projetos dos Tribunais e v'se atividades culturais. O programa é exibido as segundas (19h30), com reprises as quartas (6h30), quintas (10h30) e sábados (17h30). Pode ser assistido ainda pelo canal www.youtube.com/vtst



### ANTÔNIO SABOIA ASSUME PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Antônio Saboia de Melo Neto (foto) será o novo procurador-geral do Estado do Pará. Saboia de Melo Neto é procurador há 15 anos e há 12 chefia a Procuradoria Setorial de Brasília. O procurador-geral adjunto é Ary Lima Cavalcanti, na carreira há 14 anos. Ary Cavalcanti chefiou a Procuradoria Ambiental e Minerária nos últimos quatro anos.

### VERBIS

O novo Código de Processo Civil (CPC) ainda não foi sancionado, mas em seu artigo 78, §2º traz uma inovação: agora, a parte que se sentir ofendida com expressões ofensivas pode pedir certidão com o teor das palavras agressivas, que poderá servir como prova num futuro processo por injúria, calúnia e difamação.

### Após ficarem de fora

do aumento de salário concedido ao Judiciário e Ministério Público ano passado, defensores públicos federais afirmaram em carta aberta não terem sido beneficiados porque, ao contrário dos juizes e promotores, eles defendem prioritariamente interesses dos pobres. Constrangimento no Judiciário...

Armas não letais, de menor potencial ofensivo, como gás lacrimogêneo, balas e

cassetetes de borracha, spray de pimenta e arma de eletrochoque (teaser), terão prioridade na ação policial no Brasil, desde que não coloquem em risco a vida dos policiais.

### É o que determina a

Lei 13.060/14 publicada no Diário Oficial da União. De acordo com o texto, armas não letais têm baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes e são projetadas para conter, debilitar ou incapacitar pessoas temporariamente. As dimensões do trabalho, a mão de obra escrava e o trabalho infantil no meio rural amazônico foram discutidos no evento "Amazônia rural, trabalho precário - segurança e saúde do trabalhador no Pará e Amapá", realizado dias 4 e 5/12, promovida pelo TRT-8, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Unicef e Instituto Pesbriu.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**COORDENADORIA DE IMPRENSA**